

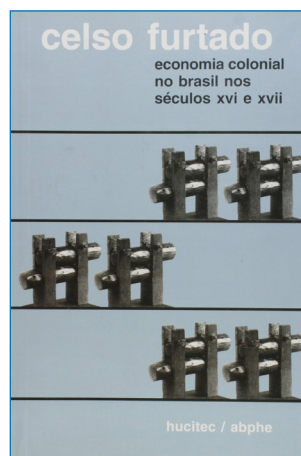
economia & história



Celso Furtado, 100 Anos: Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII (1948)

ALEXANDRE MACCHIONE SAES (*)

Defendida em 1948, na Sorbonne, a tese de Doutorado de Celso Furtado, *L'économie coloniale brésilienne (XVIe et XVIIe siècles): éléments d'Historie Économique appliquée à l'analyse de problèmes économiques et sociaux modernes* ganhou sua publicação somente no ano de 2001. A partir do manuscrito original do trabalho em português, guardado pelo autor, a tese foi publicada com apoio da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, quase cinquenta anos depois de sua defesa, recebendo o título *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. Até então, sua consulta era possível somente por meio do original depositado na universidade francesa.



Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII.
São Paulo: Hucitec/ABPHE, 2001.

O lustro final da década de 1940 foi uma fase de variadas e intensas experiências de vida para Celso Furtado. Recém-formado na Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, partiu com a Força Expedicionária Brasileira para servir durante a Segunda Guerra Mundial na Itália; retornou para o Rio de Janeiro e, trabalhando no DASP, publicou alguns artigos na *Revista do Serviço Público*, com reflexões sobre a administração e a “moderna literatura americana”;¹ realizou o doutorado na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris; e, finalmente, depois de breve retorno ao Rio de Janeiro, arrumou suas malas para Santiago do Chile, onde

iniciaria suas atividades como economista da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL).

A vivência na Europa, durante o período bélico na Itália, tinha sido uma oportunidade para Furtado ampliar sua visão de mundo. Para o jovem, no Rio de Janeiro, com “um emprego burocrático e um título de bacharel”, mas com “vontade de me dedicar ao estudo de certos assuntos – política, administração, ciências sociais – e sobre eles escrever” (FURTADO, 2019, p. 88), retornar ao velho mundo, no ambiente do pós-guerra, lhe permitiria vivenciar a reconstrução europeia como um “laboratório social” (FURTADO, 2014, p. 28). Como descreve Furtado, em suas memórias,

Tomara a decisão de voltar à Europa, fascinado pelo inusitado da cena social e humana que aí se armara, certamente sem precedentes, por sua amplitude e complexidade, na história dos homens. [...] Enfim, o mundo de minha geração seria moldado pelas forças que viessem a prevalecer no processo de reconstrução da Europa, em particular da Europa Ocidental. (FURTADO, 2014, p. 25-26).

Celso Furtado chegou em Paris no início de 1947. Inicialmente, se matriculou no Instituto de Ciências Políticas (Sciences Po) para cursar algumas matérias: História do Socialismo, com o historiador comunista Jean Baby; Marxismo, com o filósofo marxista Auguste Cornu;

História dos fatos econômicos, com o professor Charles Mozaré; e Princípios Econômicos e Políticos, com o professor Jacques Rueff (FURTADO, 2019, p. 89). O doutorado na Sorbonne teria início somente no segundo semestre, sob orientação do economista Maurice Byé, que se considerava um discípulo de François Perroux.²

A falta de fontes e dados abortou a intenção de Furtado de estudar os desequilíbrios externos da economia brasileira no pós-guerra. Por outro lado, foi na biblioteca brasileira do Museu do Homem onde acabou encontrando uma “belíssima” coleção de livros sobre o Brasil, fornecendo relevantes fontes e referências para sua pesquisa sobre a economia colonial brasileira no período do açúcar. A descoberta das fontes teria sido apenas um acaso na trajetória intelectual de Furtado? Difícil responder, mas a escolha do novo tema abriu uma porta pela qual Furtado construiria um significativo edifício interpretativo: “Minha visão internacional da formação da economia brasileira começou com esse exercício” (FURTADO, 2014, p. 37).

Na apresentação do livro, cinco décadas depois da defesa, Furtado reitera a importância da pesquisa do doutorado para sua leitura sobre a formação econômica do país: “Foi a elaboração desta tese de doutorado defendida na Sorbonne em 1948 que me levou a descobrir a importância da análise

econômica para apreender a lógica da realidade social – caso do Brasil – que se originaram de operações comerciais” (FURTADO, 2001, p. 5).

Em suma, tendo a tese precedido em quase dez anos a publicação de sua obra clássica, *Formação econômica do Brasil*, são perceptíveis os traços de continuidade de um trabalho ao outro; como se o livro de 1959 tivesse completado cronologicamente a obra de 1948, essa restrita à colônia. Nas palavras do autor: “O estudo da economia colonial brasileira veio a ser a primeira parte da reflexão mais abrangente que publiquei dez anos depois sob o título de *Formação econômica do Brasil*” (FURTADO, 2001, p.6).

Assim, as duas obras partiam do mesmo problema do caráter da colonização brasileira; produziam a leitura da formação do Brasil nos marcos da economia internacional; e, ainda que a tese não avançasse para a análise do Brasil independente e republicano, ao apresentar seus comentários sobre os “Atavismos coloniais do Brasil atual”, a tese se aproxima de *Formação econômica do Brasil* no sentido de elaborar diagnósticos para a ação (SILVA, 2011, p. 32).

Se os traços de continuidade são visíveis, o exercício de avaliar as alterações teóricas, bibliográficas e interpretativas entre 1948 e 1959 pode revelar, por outro lado, indícios relevantes sobre o aprofundamento e o amadure-

cimento do autor. Vale lembrar que durante a década que separa a redação das duas obras, Celso Furtado tornou-se economista da CEPAL; aprofundou seu conhecimento sobre a América Latina; envolveu-se diretamente no debate do desenvolvimento nascente na década de 1950; e viveu o ambiente de Cambridge e seus debates sobre a macroeconomia keynesiana. Em suma, nessa plêiade de referências, do estimulante ambiente do debate econômico dos anos 1950, *Formação econômica do Brasil* necessariamente absorveu novas ideias.

Recuperar a tese de doutorado de Celso Furtado, assim, é mais do que apenas uma oportunidade para acompanhar a trajetória intelectual do autor; é também encontrar algumas de suas primeiras ilações e matrizes teóricas, algumas abandonadas, outras lapidadas nas décadas seguintes.

1 **Economia Colonial no Brasil e os Diálogos Contemporâneos**³

Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII está dividida em três partes: Antecedentes portugueses da colonização do Brasil; A formação da colônia; e Atavismos coloniais do Brasil atual. Uma análise sobre o passado, mas já indicando a permanente preocupação do autor, apresentada em suas páginas finais, de propor reflexões sobre as temáticas contemporâneas. Celso Furtado justifica, na

apresentação do livro de 2001, que o estudo sobre a economia colonial cumpria como instrumento para “conhecer melhor nossa formação, os ingredientes de nossa cultura”. Por meio desta pesquisa de 1948 reconhecia que a matriz patrimonial e escravista, base da formação do Brasil, continuava presente na configuração da sociedade e da complexa realidade brasileira do pós-Segunda Guerra Mundial (FURTADO, 2001, p. 6).

As páginas iniciais do livro são dedicadas a uma breve descrição das fontes. Celso Furtado destaca que, naquela oportunidade de produção da tese, os estudos de história econômica “não despertavam maiores cuidados” no país. Os documentos históricos sobre a sociedade colonial vinham sendo, nas duas décadas anteriores, trabalhados mais efetivamente por antropólogos e sociólogos (FURTADO, 2001, p.13). Assim, apresenta um arrolamento de suas fontes primárias, confirmando a rica brasiliana existente no Museu do Homem, com obras dos séculos XVI e XVII, entre elas o livro de André Thevet, *Les singularitez de la France Antarctique* (1558), a obra anônima *Diálogos das grandezas do Brasil* (1618) e *Cultura e opulência do Brasil de Antonil* (1711). A obra de Antonil, para o autor, era o “mais complexo trabalho descritivo de fatos da vida econômica de todo o período colonial”, “insubstituível no estudo da economia do Brasil colonial” (FURTADO, 2001, p.18-19).

Para as referências secundárias, Celso Furtado destaca a obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, como o mais complexo estudo do patriarcado brasileiro; *História econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen, foi referência para apoiar sua tese de inexistência de feudalismo no Brasil; *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Jr., por sua vez, era leitura central para tratar “a monocultura como fundamento da organização econômica colonial brasileira”; e, finalmente, entre as referências estrangeiras, as obras de Henri Pirenne e Antônio Sérgio foram suportes para a compreensão dos antecedentes da colonização e do pioneirismo português na era dos descobrimentos (FURTADO, 2001, p.14 e 20).

Sobre os “Antecedentes portugueses da colonização”, Celso Furtado discute tanto os fundamentos sociais da expansão marítima lusitana como o processo de expansão comercial portuguesa. Expondo como se deu a formação do Reino de Portugal, sobretudo por meio da interpretação de Antônio Sérgio, Furtado defende que o pioneirismo lusitano era decorrente da articulação da burguesia mercantil local com as classes aristocráticas. Essa leitura sobre a especificidade de Portugal é mediada pela descrição de Henri Pirenne sobre o feudalismo europeu, segundo a qual, por meio da análise comparativa, era possível confirmar a precocidade da revolução burguesa lusitana, em pleno século XIII. Assim, Fur-

tado afirma: “Em Portugal, os dois grupos antagônicos [sociedade feudal e nova sociedade mercantil] estavam muito mais próximos culturalmente do que na França ou na Inglaterra” (FURTADO, 2001, p.26).

A expansão comercial, por sua vez, segue, em linhas gerais, a interpretação presente no sentido da colonização de Caio Prado Jr. Valendo-se de expressões sobre a exploração do Brasil como um “empreendimento comercial”, conclui: “O sentido de empresa comercial dirigida pelo Estado se conservará bem marcado. Esse sentido, que será o da evolução econômica da Colônia, presidirá a formação da sociedade brasileira” (FURTADO, 2001, p.39).⁴ Assim como Caio Prado Jr., Celso Furtado também recorre ao economista francês, Leroy-Beaulieu, e suas categorias sobre sistemas de colonização. Essas categorias permitem ao autor se valer do método comparativo – presente na segunda parte da tese – para contrapor a colonização do Brasil com a das Antilhas e a dos Estados Unidos.

A segunda parte do livro, “A formação da colônia”, dedica-se à compreensão de como as formas econômicas da colonização no Brasil acabaram por definir a formação da sociedade colonial. As fontes primárias arroladas pelo autor, isto é, os relatos de viajantes e cronistas do Brasil colonial, são fartamente usadas nessa parte do trabalho para descrever as ativida-

des econômicas e as características da sociedade. A concepção interpretativa da dinâmica colonial, por seu turno, nos remete ao argumento de Roberto Simonsen de ciclos econômicos. *História econômica do Brasil*, portanto, oferece mais do que alguns dados econômicos para apresentar a economia colonial, mas indica para Furtado um percurso para compreender a dinâmica exógena e mercantil do sistema colonial.⁵

Em suma, a partir do modelo de colonização portuguesa no Brasil e da dinâmica mercantil definindo os ciclos econômicos, Furtado indica as bases da estrutura econômica que será estabelecida no Brasil colonial: “a grande plantação e a monocultura são dois aspectos de uma mesma coisa” (FURTADO, 2001, p.118). Discutindo os aspectos fundadores da economia da colônia com Caio Prado Jr., Furtado reitera que a colonização nos trópicos exigia grandes somas de capitais e, conseqüentemente, dependia de empreendimentos com elevado valor comercial. O resultado foi a eliminação de “toda e qualquer outra atividade econômica” (FURTADO, 2001, p.120).

Essa síntese assinalada acima, de alguma forma, apresenta os principais argumentos retomados por Celso Furtado em *Formação econômica do Brasil*. Para além da base econômica que constituiu a sociedade brasileira, o autor ainda apresenta a lógica perversa dessa

economia de caráter colonial, isto é, a dinâmica que limita as condições de diversificação e disseminação dos ciclos econômicos para outras atividades, pois esses estavam “a serviço de interesses que se encontravam fora do país” (FURTADO, 2001, p.105). Por isso, o balanço sobre o ciclo do açúcar na colônia é negativo, pois a riqueza gerada pelo comércio açucareiro pouco ficava no país, sendo parte absorvida pela Coroa portuguesa, outra pelos intermediários lusitanos e pelos poderes públicos, e o pouco que ficava nas mãos dos senhores era gasto com produtos importados.

As páginas finais da parte “A formação da colônia” são dedicadas para a descrição da sociedade colonial. Nesse momento, o diálogo com Gilberto Freyre é bastante presente, tanto para a reflexão sobre a decisão do uso do trabalho escravo africano como também da estrutura social patriarcal da sociedade. Mas, como ressalta Roberto Pereira da Silva (2011, p. 214-216), ainda que reproduzindo a ideia de uma “valorização do mestiço no Brasil”, como Gilberto Freyre, no que diz respeito ao caráter da sociedade colonial, as lentes de Celso Furtado estariam ainda mais alinhadas com a visão de Caio Prado Jr.: a monocultura exportadora é o centro da explicação para a adoção do trabalho escravo africano e para a formação da estrutura patriarcal. Para aquela, as causas eram a reduzida população portuguesa e a

necessidade de garantir uma produção comercialmente lucrativa; para essa, o privatismo e a grande propriedade isolada formaram a “célula social”, conforme a definição Pradiana de “célula orgânica da sociedade colonial” (FURTADO, 2001, p. 132-133).⁶

Por fim, a parte “Atavismos coloniais no Brasil atual”, elenca o que Celso Furtado considera como os principais elementos presentes no Brasil contemporâneo herdados da colônia. Interessante perceber que, apesar de sua análise sobre a evolução da economia nacional ter sido substancialmente redefinida em *Formação econômica do Brasil*, conforme o autor nos alerta em sua apresentação, a tese teria estimulado que sua interpretação incorporasse a dimensão do passado como variável para a análise da conjuntura. Na tese, os quatro atavismos coloniais para o autor eram: o sentido da economia, a persistência da monocultura, o atraso técnico e o domínio patriarcal.

Novamente, é preciso compreender como o autor organiza e hierarquiza seus determinantes, sistematizando a estrutura que produz as permanências coloniais. Para Celso Furtado o sentido colonial, isto é, a economia brasileira voltada para o exterior, seja como produção açucareira ou cafeeira do século XIX, não produz riqueza para ser consumida no país, sendo ela absorvida no exterior ou por uma

pequena minoria no âmbito da vida privada (FURTADO, 2001, p.143). A monocultura, o atraso técnico e o domínio patriarcal são estruturas resultantes do sentido de uma economia colonial.

A tese termina apresentando os diagnósticos dos desafios da sociedade brasileira do pós-Segunda Guerra Mundial. Todavia, as recomendações de intervenção ou não estavam claras para o autor, ou não cabiam num trabalho acadêmico como esse. De toda forma, seu último parágrafo encontra o percurso interpretativo, valendo-se das heranças da formação nacional, que estará presente em seus próximos trabalhos: “E o problema básico com que se depara o país (...) não poderá ser enfrentado sem uma perfeita inteligência das condições econômicas e sociais que o criaram” (FURTADO, 2011, p.169).

2 **Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII na Historiografia**

A iniciativa da publicação do livro *Economia colonial no Brasil* coube a Tamás Szmrecsányi, responsável por sugerir a Celso Furtado a tradução de sua tese. Dois anos antes da transformação da tese em livro, durante a celebração dos 40 anos de *Formação econômica do Brasil*, Tamás publicou o artigo “Sobre a *Formação econômica do Brasil* de Celso Furtado”, o qual passava em revista a produção de Furtado que

antecedeu a redação de sua obra-prima. Nesse sentido, Tamás retoma o artigo “Características gerais da economia brasileira” (1950), o livro *A economia brasileira* (1954) e o fascículo *A economia dependente* (1956). Porém, tendo como objetivo responder “alguns mistérios” deixados em *Formação econômica do Brasil (FEB)*, a análise do artigo recai especialmente sobre a tese do autor. Esse exercício era fundamental para encontrar os autores e trabalhos que “embora não mencionados (em *FEB*), foram consultados, lidos e utilizados em sua elaboração” (SZMRECSÁNYI, 1999, p. 207). Em suma, em sua reflexão sobre os 40 anos de *Formação econômica do Brasil*, Tamás acaba por produzir o primeiro esforço mais sistemático de apreciação do doutorado de Celso Furtado.

Ao cotejar as bibliografias de *Economia colonial no Brasil* e de *Formação econômica do Brasil*, Tamás sugere ter encontrado significativa parcela das referências que teriam subsidiado a análise histórica de Celso Furtado. Entre as obras de autores nacionais “omitidas” por Furtado em *Formação econômica do Brasil* estavam as de Capistrano de Abreu, *Capítulos de história colonial*; de Caio Prado Jr., *História econômica do Brasil e Formação do Brasil contemporânea*; e, de Nelson Werneck Sodré, *Formação da sociedade brasileira* (SZMRECSÁNYI, 1999, p. 209). *História econômica do Brasil*, livro de Roberto Simonsen, seria, no entanto, uma das

poucas referências nacionais presentes nos dois trabalhos, cujos dados foram exaustivamente utilizados nos capítulos sobre o período colonial de *Formação econômica do Brasil*.

Tamás reconhece que os temas presentes na tese de doutorado “foram mantidos apenas em parte nas obras subsequentes de Celso Furtado”, sendo que preocupações mais gerais teriam sido descartadas. A mudança, conforme o argumento apresentado no artigo, poderia ser compreendida pelo ingresso de Furtado na CEPAL, “uma segunda pós-graduação”, substituindo sua visão de mundo por uma “essencialmente econômica” (SZMRECSÁNYI, 1999, p. 210-211).

Anos mais tarde, em texto sobre “o início da historiografia econômica no Brasil”, Tamás insere Celso Furtado como o último pioneiro da área, colocando-o ao lado de João Lúcio de Azevedo, Roberto Simonsen, Caio Prado Jr. e Alice Canabrava.⁷ No exercício de desbravar as obras formadoras de nossa historiografia econômica, Tamás retoma *Economia colonial no Brasil* para apresentar a contribuição de Celso Furtado. Definindo-a como “uma monografia acadêmica baseada em pesquisas diretas, não apenas de carácter bibliográfico, mas também voltadas para documentos originais”, a tese teria sido orientada por pressupostos teóricos de renomados historiadores, como Henri Pirenne, Alfons Dopsch, Antonio

Sérgio e Jaime Cortesão, e apoiada por trabalhos de autores nacionais (SZMRECSÁNYI, 2004, p. 33).

Retomando a questão do quanto a tese teria servido de base para a redação de *Formação econômica do Brasil*, Tamás considera que, em parte, o conteúdo estaria resgatado nas duas primeiras partes do livro de 1959, mas com importantes omissões bibliográficas. Mesmo assim, o autor afirma:

Por esse motivo, embora seja somente parcial a superposição existente entre o referido trabalho e a tese de 1948, esta tem o dom de tornar aquele mais inteligível. É inegável que a obra *Formação econômica do Brasil* constitui um trabalho mais abrangente e de maior maturidade intelectual do que a *Economia colonial no Brasil* nos séculos XVI e XVII. Mas a sua interpretação isolada não é das mais fáceis, e tem dado origem a diversos equívocos [...] (SZMRECSÁNYI, 2004, p. 35).

A abordagem aberta por Tamás Szmrecsányi, de cotejamento das bibliografias de *Economia colonial no Brasil* e *Formação econômica do Brasil*, foi retomada em outros estudos.⁸ No caso do texto de Bernardo Ricupero, originalmente a apresentação da edição mexicana da tese de Furtado, o autor explora o papel da produção de Celso Furtado entre os intérpretes do Brasil. O diálogo é mais intensamente estabelecido com Caio Prado

Jr., no qual as coincidências “são particularmente numerosas”. Para Ricupero, a economia, o passado colonial e o programa político implícito nas obras são elementos que os colocam no mesmo espectro interpretativo sobre o sentido da formação histórica brasileira: “Os dois são autores que chamam a atenção sobretudo para a ligação, desde a colônia, entre a economia brasileira e a mundial. Juntos com Roberto Simonsen, podem ser considerados os inauguradores de uma linha de interpretação do Brasil.” (RICUPERO, 2005, p. 373)⁹

Apesar de uma cuidadosa mediação de *Economia colonial no Brasil* com o “diálogo implícito de seu autor com o pensamento social brasileiro” (RICUPERO, 2005, p. 372), ao se preocupar em destacar a relevância de Celso Furtado para o debate sobre a industrialização, confrontando sua posição com a de Caio Prado Jr., o autor acaba escapando dos temas da tese de doutorado, precisando alicerçar suas posições em publicações posteriores, surgidas já na década de 1950.

Foi Roberto Pereira Silva que, com o livro *O jovem Celso Furtado*, certamente deu a maior contribuição para a leitura de *Economia colonial no Brasil*. Sua dissertação de mestrado, defendida na Unicamp, estudou a produção de Celso Furtado entre 1941 e 1948, realizando uma aprofundada análise sobre a obra. Trata-se de uma cuidadosa leitura de cada uma das partes

do trabalho produzido na França, analisando as principais referências nacionais e internacionais que alicerçaram as interpretações de Celso Furtado sobre os antecedentes portugueses da colonização do Brasil, a formação da colônia e da sociedade colonial, assim como os atavismos coloniais no Brasil atual.

Entre as apreciações bastante originais de *O jovem Celso Furtado*, Roberto Pereira Silva busca nas influências francesas a adoção do método comparativo. Como relata o próprio Celso Furtado em suas memórias: ao concordar com o tema de pesquisa, Maurice Byé, seu orientador, fez a solicitação de que o estudo sobre o Brasil colonial tivesse um “paralelo com a economia açucareira nas Antilhas francesas” (FURTADO, 2014, p. 37). O próprio orientador tinha trabalho anterior comparando os portos de Gênova e Marselha, e ainda mais importante, tinha um olhar para a dinâmica econômica em que o nacional e internacional se entrelaçavam. O método comparativo, entretanto, não seria herdado exclusivamente da influência de seu orientador. Entre os historiadores presentes na tese, a obra de Henri Pirenne, sobre o capitalismo europeu, também permitia que o autor tivesse uma visão de conjunto “na qual as diferenças entre as nações se dão entre temporalidades distintas de uma mesma origem comum, sem lugar para rivalidades e disputas históricas” (SILVA, 2011, p.178). Assim, como pontua Roberto Pe-

reira Silva, o método comparativo, incorporado para analisar a formação da economia colonial brasileira, abriria caminho para uma relevante abordagem de Furtado:

Portanto, a problemática amplia seu escopo. Trata-se, agora, de compreender a expansão europeia e o surgimento do capitalismo. Mais ainda, Celso Furtado posiciona a colonização das terras do Brasil no debate sobre os tipos de colonização e, entre estes, nas formas que essa colonização assume no povoamento de terras tropicais: exploração agrícola monocultora, com trabalho escravo e voltada para mercados externos. É justamente na amplitude dessas questões que o método comparativo adquire sua plena significação. (SILVA, 2011, p.188).

Ademais, por meio de uma minuciosa exegese, a obra de Silva contrapõe os argumentos de Celso Furtado com aqueles de suas principais referências, encontrando tanto os alicerces teóricos da tese de doutorado, como também as considerações originais do autor. Entre os autores estrangeiros, Roberto ressalta a importância do historiador belga, Henri Pirenne, tanto para a definição de feudalismo como para o “fundamento sociológico” da dinâmica das classes capitalistas (SILVA, 2011, p. 231). Do historiador português, António Sérgio, Furtado herdou a interpretação do caráter do expansionismo português, abandonando as teses

românticas de um expansionismo como produto de necessidades geográficas, e considerando-o como obra que resultou da ascensão dos grupos mercantis portugueses. Mas como Roberto pondera: “Em certo sentido, Celso Furtado vai além das propostas de Pirenne e António Sérgio, resgatando um tópico importante da obra de Gilberto Freyre e revalorizando-o em sua argumentação” (SILVA, 2011, p.132).

Essa é a mesma conclusão que o autor encontra para a mobilização dos autores nacionais por parte de Celso Furtado. Em *Economia colonial no Brasil*, a presença de Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Roberto Simonsen é marcante: de Roberto Simonsen é visível a assimilação da dinâmica dos ciclos econômicos; de Gilberto Freyre há uma significativa influência para a caracterização da sociedade colonial, discutindo as razões da adoção da escravidão africana, da definição do domínio patriarcal, do caráter positivo da mestiçagem na construção da nacionalidade; e, finalmente, é de Caio Prado Jr. que a base da tese se assenta, por meio da noção do sentido da colonização e da narrativa sobre estrutura produtiva colonial fundada na monocultura exportadora.

Por fim, Roberto Pereira Silva, para além das permanências visíveis entre *Economia colonial no Brasil* e *Formação econômica do Brasil*, ressalta as divergências entre as

duas obras. A primeira delas é a ampliação da abrangência teórica alcançada por Celso Furtado no percurso de dez anos, incorporando, por exemplo, “a tradição de história econômica anglófona” (SILVA, 2011, p.241). No que diz respeito à bibliografia nacional, para Silva a passagem do doutorado para a obra-prima de Furtado marcou o distanciamento da influência de Caio Prado Jr. e Gilberto Freyre. No caso do historiador paulista, se a tese estava assentada nas noções de “sentido da colonização” e “sistema de agricultura tropical”, anos mais tarde, o conceito de economia escravista de agricultura tropical de Celso Furtado enfatizava, como defende Silva, “as possibilidades de desenvolvimento econômico entendido como absorção de técnicas e expansão da renda, permitindo captar a dinâmica econômica dos fluxos comerciais” (SILVA, 2011, p. 241-242).

Ainda tratando de Caio Prado Jr. e Gilberto Freyre, Roberto Pereira Silva considera que os autores não são assimilados por Celso Furtado de maneira absoluta, tampouco com a mesma importância para a interpretação da economia colonial. Para o autor a caracterização da sociedade colonial, mesmo quando subsidiada pela obra de Gilberto Freyre e por sua análise da gênese do patriarcalismo, “é lida e resolvida através da hierarquização das instâncias de explicação: econômicas, sociais e culturais (nesta ordem), ganhando contorno defini-

tivo a interpretação de Caio Prado Jr.” (SILVA, 2011, p. 214).

Mas a principal mudança que pode ser observada entre *Economia colonial no Brasil e Formação econômica do Brasil*, que produziria uma perspectiva interpretativa bastante original de Celso Furtado em 1959, estava na lógica da dinâmica econômica do período colonial. A assimilação do debate sobre o desenvolvimento econômico dos anos 1950 acabou exigindo “uma releitura do passado brasileiro”, produzindo uma reinterpretção da história econômica para compreender o caráter de seu subdesenvolvimento, valendo-se de categorias como produtividade e fluxo de renda (SILVA, 2011, p. 244).

Em suma, se *Economia colonial no Brasil* pode ser visto como fechamento de uma fase de formação do “jovem Furtado”, antes que ele ingressasse na confraria dos economistas da CEPAL, certamente sua atenta leitura pode nos indicar algumas de suas matrizes teóricas que permaneceriam em suas obras durante o resto de sua vida. Mais do que um debate sobre os diálogos presentes e/ou omitidos entre *Economia colonial no Brasil e Formação econômica do Brasil*, parece-nos relevante ressaltar que, apesar de projetos políticos distintos, Celso Furtado e Caio Prado Jr. construíram uma das mais relevantes perspectivas sobre a formação da economia e da sociedade brasileira: um olhar da economia nacional a

partir das transformações do capitalismo. Isto é, para Celso Furtado, sua tese foi a entrada para uma metodologia de análise da formação nacional numa perspectiva de um sistema econômico internacional.

Referências

- D’AGUIAR, Rosa F. (Org.). **Anos de formação: 1938-1948**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2014.
- FURTADO, Celso. **Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII**. São Paulo: Editora Hucitec/ABPHE, 2001.
- _____. **Obra autobiográfica**. São Paulo: Cia. das Letras, 2014.
- _____. **Diários intermitentes, 1937-2002**. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.
- MANZATTO, Rômulo Felipe. **Formação e revolução em Caio Prado Jr. e Celso Furtado**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.
- PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cias das Letras, 2011.
- RICUPERO, Bernardo. Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p.371-377, 2005.
- SAES, Alexandre. Economia política da colonização. **Estudos de Sociologia**. Araraquara, UNESP-Fclar, n. 16, p.179-183, 2004.
- SILVA, Roberto Pereira. **O jovem Celso Furtado. História, política e economia**. Bauru: Edusc, 2011.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. Sobre a formação da Formação Econômica do Brasil de Celso Furtado. **Estudos Avançados**, v. 13, n. 37, 1999.
- _____. Retomando a questão do início da historiografia econômica no Brasil. **Nova Economia**, v. 14, n. 1, 1 jun. 2004.

TENÓRIO, Fernando; WANDERLEY, Sergio. Celso Furtado: um economista a serviço da gestão pública (1943-1964). *Revista de Administração Pública*, v. 52, n. 3, p.507-526, 2018.

- 1 Sobre a trajetória de Celso Furtado como servidor público, conferir o artigo de Tenório e Wanderley (2018); para a produção de Furtado no “período de formação”, conferir as obras de Silva (2011) e D’Aguiar (2014).
- 2 François Perroux (1903-1987), professor da Universidade de Paris e fundador do Instituto de Ciências Econômicas Aplicadas (1944), tornou-se amplamente reconhecido por sua teoria dos polos de crescimento.
- 3 Para essa parte revisitamos nossa resenha publicada em 2004, revisando, corrigindo e aprofundando seus argumentos (SAES, 2004).
- 4 Vale dizer que Caio Prado Jr. não está referenciado nesta parte inicial da tese, mas a presença das ideias da introdução de *Formação do Brasil contemporâneo* é inegável: “No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos” (PRADO Jr., 2011 [1942], p. 31).
- 5 Valendo-se dos argumentos de Roberto Simonsen, Celso Furtado atacará as teses sobre a existência de feudalismo no Brasil, presente em autores como Capistrano de Abreu e Nestor Duarte (FURTADO, 2001, p.79-86).
- 6 Na análise sobre os atavismos coloniais, Furtado trabalha com os dois ramos da agricultura brasileira, isto é, a grande lavoura de exportação e a pequena agricultura de subsistência, adotando assim, como ele mesmo admite, a terminologia de Caio Prado Jr. (FURTADO, 2001, p.158).
- 7 Para a definição dos chamados pioneiros da historiografia econômica brasileira, Tamás se vale do texto “Roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira”, de Alice Canabrava. Concorde com a autora em incorporar o historiador português João Lúcio de Azevedo no rol dos pioneiros brasileiros, e faz questão de inserir a própria autora, Alice Canabrava, no elenco dos pioneiros (SZMRECSÁNYI, 2004, p.13).
- 8 A dissertação de mestrado de Rômulo Manzatto aprofundou significativamente esses diálogos entre Celso Furtado e Caio Prado Jr. para o período entre as décadas de 1940 e 1960. Não sendo objeto especí-

fico da dissertação, a tese de doutorado de Furtado recebeu atenção apenas em algumas poucas passagens. Manzatto destaca os usos de Leroy-Beaulieu sobre a colonização, em que “A explicação [em FEB] retoma mais elementos do doutorado de 1948 do que a Economia brasileira de 1956” (2018, p.118); e sobre o debate da existência de feudalismo no Brasil, tema presente na tese, mas que “parece não ter ocupado parte importante do pensamento de Celso Furtado” (2018, p.126).

- 9 Noutra passagem, Bernardo Ricupero reitera a proximidade das análises dos autores: “Também a ideia de Celso Furtado, segundo a qual, junto à economia açucareira do litoral nordestino – setor de alta produtividade voltado à produção para o mercado externo – articular-se-ia a pecuária, realizada no interior, de baixa produtividade e voltada para o mercado interno, não é muito diferente da discussão realizada por Caio Prado Jr. sobre a presença de um setor orgânico e inorgânico na colônia” (RICUPERO, 2005, p. 374).

(*) Professor de História Econômica do Departamento de Economia – FEA/USP. (E-mail: alexandre.saes@usp.br).